

## **Patrimônio Cultural Imaterial**

A importância social do patrimônio Imaterial conforme sua trajetória.

Maria Luíza Belo Camargo e Veruschka de Sales Azevedo <sup>1</sup>

### **RESUMO**

No presente artigo foram abordadas as principais etapas da história do patrimônio cultural imaterial diante das dificuldades, que o mesmo enfrentou no Brasil para sua regulamentação estatal. Os pontos principais da pesquisa levantam ressalvas, que qualificam a importância desses bens imateriais para sociedade e como através dela é possível desenvolver benefícios rentáveis para as comunidades locais explorados pelo setor do Turismo, com isso, por meio da ferramenta da educação que ampara o conhecimento para a população, fazer os mesmos questionarem e criarem um olhar crítico para a preservação de suas identidades, resguardando os seus bens patrimoniais.

Palavras chave: Patrimônio, Comunidades, Turismo.

### **ABSTRACT**

This article addresses the main stages in the history of intangible cultural heritage in the face of the difficulties it has faced in Brazil for its state regulation. The main points of the research raise reservations that qualify the importance of these intangible assets for society and how through it is possible to develop profitable benefits for local communities exploited by the Tourism sector. With this, through the tool of education that supports knowledge for the population, make them question and create a critical look for the preservation of their identities, protecting their heritage assets.

Keywords: Heritage, Communities, Tourism.

## **1. INTRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup> Maria Luíza Belo Camargo é graduanda em Turismo Bacharelado pela Universidade de Guarulhos e Veruschka de Sales Azevedo orientadora do trabalho de pesquisa.

O reconhecimento pela sociedade do patrimônio cultural imaterial diante os registros pesquisados evidencia que essa valorização levou um tempo para existir no país. Em 1920, o patrimônio cultural foi sempre analisado diante de perspectivas elitistas, o que era julgado como importante ao ponto de se preservar eram os edifícios arquitetônicos de grandes nomes da época imperial, muito da cultura popular era perdido, conforme o artigo “O que é patrimônio histórico cultural” de Carlos Lemos. No final de 1920 começaram a análise de resguardar os objetos dentro das edificações, no caso azulejos e utensílios que seriam de importância para a história.

Só em 1936 que Mário de Andrade identificou a relevância de preservar não somente os bens materiais e sim imateriais e propôs sua ideia através de suas publicações que dizia que os bens imateriais seriam arte com significado amplo, mas somente em 1988 a Constituição Federal em seu artigo 215 e 216 diz que os bens culturais são compostos de material quanto imaterial.

Diante desta etapa começou a se reformular a ideia de patrimônio cultural e que seria fundamental o desenvolvimento de políticas públicas para sua conservação. Somente no ano de 2000 que o Decreto para preservação de bens imateriais foi concluído e legitimado pelo “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial”. No ano de 2004 com o departamento do patrimônio Imaterial, o IPHAN conseguiu criar uma política de salvaguarda para os bens imateriais.

O objetivo do IPHAN é analisar essas práticas de fazeres e saberes para poder preservá-los como patrimônio. Ao serem registrados, os bens recebem o título de Patrimônio Cultural Brasileiro e são inscritos em um dos quatro livros de registro, de acordo com a categoria correspondente. Os pedidos de registro de bens culturais imateriais devem ser feitos de acordo com os artigos 2º a 4º da Resolução Nº 001, de três de agosto de 2006 afirma os dados atuais do site da IPHAN.

O Patrimônio Imaterial possui uma definição pelo IPHAN que possibilita um entendimento fácil á respeito da prática “Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam

em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)”.

A UNESCO identifica o patrimônio imaterial como “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.” Essa classificação foi ratificada em 2006 no Brasil por meio da convenção criada em 2003 para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.

Afirmado-se como um instrumento promotor do patrimônio cultural imaterial, principal gerador da diversidade cultural e garante do desenvolvimento sustentável, a Convenção de 2003 pretende preencher uma lacuna no sistema legal de proteção internacional do patrimônio cultural, cujos instrumentos, até agora, não consideravam o patrimônio cultural imaterial, mas apenas o patrimônio cultural tangível, móvel e imóvel, pelo que as expressões culturais intangíveis não podiam ser salvaguardadas através dos instrumentos legais internacionais então existentes. (UNESCO, 2020).

## **2. SOCIEDADE E PATRIMÔNIO IMATERIAL**

Através desta breve análise histórica e de definições do patrimônio Imaterial conseguimos compreender sua existência e um atraso para estudo e consciência de sua relevância, diante disso ao preservar o patrimônio imaterial, quais benefícios ele trará para a sociedade? Os tópicos a seguir têm como objetivo identificar a importância desses patrimônios para a população seja para o profissional do turismo ou comunidades locais, que sobrevivem para resguardar suas tradições e passá-las adiante.

### **2.1 Valorizações da identidade da comunidade local.**

Antes do reconhecimento estatal, é imprescindível que as comunidades e os grupos sociais consigam olhar para si e descobrir quais referências, práticas, símbolos, rituais, ícones e relações culturais as definem como um grupo social diferente de outros. Com isso olhar para si mesmo e enxergar sua cultura com importância e cuidado é compreender também a valorização da cultura do próximo e conviver de forma harmônica com a diversidade cultural.

Identificar a sua cultura e compreendê-la no espaço e história do país é um exercício de coletividade que fortalece os vínculos de identidade um povo e sua cultura e pertencimento, estimulando a salvaguarda daquela memória.

Diferente, portanto, da época e da perspectiva do patrimônio-monumento, agora o saber e fazer tradicional de uma comunidade também é visto com importância e geração de renda.

O Patrimônio Imaterial é passado por gerações e sofre constantes transformações por esses grupos em função dos lugares e ambientes de sua interação, história e tradições, gerando um sentimento de continuidade e valorização da identidade daquela comunidade, promovendo a diversidade cultural do país, criatividade e empreendedorismo.

Os dados atuais do site da UNESCO informam que uma das caracterizações dos bens imateriais é sobre a comunidade local, sem esse grupo não existiriam os patrimônios, é por meio da comunidade que surgem os saberes e fazeres de um povo, através da arte e manifestações culturais que a mesma propicia a cidade e ao Turismo. “Fundado na comunidade: o patrimônio cultural imaterial deve ser reconhecido como tal pelas comunidades, grupos ou indivíduos que o criam, mantêm e transmitem – sem o seu reconhecimento, ninguém poderá decidir que uma determinada expressão ou prática constitui o seu patrimônio.”

“Os moradores mais antigos da região são detentores de um amplo leque de informações sobre a história, a memória, os personagens e fatos do cotidiano local, nem sempre visíveis e conhecidos do senso comum” afirma a cartilha do turismo cultural em 2006 pelo Ministério do Turismo, com isso podemos perceber que a valorização da memória é por meio desse grupo que necessita de apoio governamental e educação patrimonial para conseguir resguardar seus bens materiais muitas vezes desvalorizados pela massa que consome um turismo que não é do segmento cultural. Alguns bens são considerados patrimônio por uma coletividade, desde que essas o reconheçam como tal.

## 2.2 Educação Patrimonial

No site da Secretaria da Cultura é exemplificado que a Educação Patrimonial “trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”.

Conforme as vivências e contato com a cultura de outro povo com múltiplos significados e manifestações culturais, a educação patrimonial tem como objetivo levar as crianças e os adultos a um processo de conhecimento, apropriação e valorização da sua própria herança cultural, ele possibilita que possamos reconhecer nossas raízes que muitas vezes são passadas em branco diante o senso comum e o que é ensinado a nós por meio da educação, um exemplo identificado seria a cultura indígena no Brasil que até hoje não possui o aprofundamento que merecia pela educação no país, o europeu possuiu mais visibilidade que o indígena e suas tradições, a educação patrimonial vem para quebrar esses paradigmas e valorizar a cultura de modo amplo sem apagar as memórias de um povo e suas tradições.

A visão crítica sobre esses bens fazem com que as comunidades locais e turistas facilitem a preservação sustentável do Patrimônio Imaterial fortalecendo o sentimento de identidade e cidadania.

“A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural”.

A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura. O diálogo que está ligado a esse processo de educação permite a comunicação entre comunidades e agentes que realizam essa preservação. Essa proximidade entre comunidade e gestão pública facilita todo o andamento de preservação dos bens culturais, pois evidencia que as comunidades conscientes dos seus direitos conseguem atingir parcerias acelerando e divulgando a importância da

preservação da sua cultura, seja para desenvolvimento social na região ou para salvaguardar essas tradições que são históricas e culturais.

### 2.3 Turismo Sustentável.

Sem o patrimônio cultural imaterial e sua preservação, as características da cultura de um povo vão se perdendo com o tempo. São essenciais políticas públicas e consciência coletiva para resguardar esses bens e tornar possível que as práticas das atividades se perpetuem. O marketing turístico de um destino é através de sua identidade e seus pontos turísticos, como seria o turismo na Bahia sem o famoso acarajé e as rodas de samba tradicionais da região?

O turismo é um setor que vem trazendo uma perspectiva conforme os anos para o comércio da comunidade local, que envolve a preservação e divulgação desses bens materiais importantes para os moradores da região visitadas, protagonizando as comunidades tradicionais e propiciando um turismo sustentável onde o consumo do viajante possa valorizar os produtos e serviços feitos pelos produtores tradicionais.

Visando combater o chamado “turismo predatório”, o turismo sustentável tem por função a preservação da identidade local e das comunidades e fazendo com que o turismo seja visto com outros olhos, não somente com foco na preservação ao meio ambiente e sim em resguardar a cultura e tradições de um povo.

Embora barganhar com os locais seja um costume entre turistas, é importante ter em mente que, muitas vezes, a venda daquele produto ou serviço é a única fonte de renda de uma família. Para priorizar a economia local da região visitada é necessário estimular o consumo local de lojas, restaurantes, artesanatos, para que a população possa ter incentivo e valorizar seu patrimônio e com isso também gerar renda para os produtores.

“Para um turismo com sustentabilidade, o Brasil precisa entender a atividade como fenômeno social e não apenas como atividade econômica de mercado, e integrar as políticas de turismo aos territórios e instâncias onde a sociedade civil opine e seja protagonista! E abordar as dimensões principais da

sustentabilidade com o mesmo peso: ambiental, cultural, social, política, econômica (...)” afirma o Alberto Viana, educador e pesquisador em Turismo Comunitário na matéria do site “Viajar Verde” em 2017 que tem como intuito repassar informações sobre turismo responsável e sustentável no país.

### **3. CONCLUSÃO**

É notável que a trajetória do patrimônio imaterial no Brasil, possuiu um andamento árduo para se concretizar estatalmente, porém o mesmo já possuía grande relevância há muito tempo.

Para fomentar o patrimônio imaterial e assegurar sua preservação é necessário pensar que a comunidade local e os órgãos públicos precisam estar interligados e que a população necessita de orientação para agir diante da conservação dos seus patrimônios, por isso é indispensável uma educação focada nesse âmbito.

O patrimônio imaterial tem sua importância social desde o momento em que ele beneficia um povo a se enxergar e possuir pertencimento na sua região, valorizando suas raízes, reconhecendo sua identidade, preservando sua originalidade. Com essa conscientização ele também permite benefícios socioeconômicos nas regiões através do setor do turismo que gera renda para os comerciantes locais e produtores gerando o turismo sustentável, com isso concebendo novas formas de vender roteiros e comercializar destinos, onde o foco não é somente os turistas e seu lazer e sim o desenvolvimento de uma prática de viajar que beneficia a comunidade local e sua cultura seja material quanto imaterial.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEMOS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos; 51).

Jonei Bauer. Patrimônio imaterial – preservar a arte é imprescindível à memória do povo. Portal do Rancho. Santa Catarina, fevereiro de 2011. Disponível em: < [www.portaldorancho.com.br](http://www.portaldorancho.com.br) > acesso em 29 de out. 2020

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Patrimônio Imaterial. Portal Iphan. Brasília, 2020. Disponível em: <[portal.iphan.gov.br](http://portal.iphan.gov.br)> acesso em 29 out. 2020.

Secretaria de Estado da Cultura - SECULT. Preservação do Patrimônio. Alagoas, 2020. Disponível em: < [www.cultura.al.gov.br](http://www.cultura.al.gov.br) > acesso em 29 out. 2020

Comissão Nacional da Unesco. Patrimônio Cultural Imaterial. República Portuguesa, 2020. Disponível em < [unescoportugal.mne.gov.pt](http://unescoportugal.mne.gov.pt) > acesso em 29 out. 2020.

Carta Capital. Patrimônio Cultural: para reconhecer e valorizar. 31 de agosto de 2015. Disponível em < [www.cartacapital.com.br](http://www.cartacapital.com.br) > acesso em 29 out. 2020.

Ana Duék. Turismo sustentável no Brasil: exemplos e desafios. Viajar Verde. 01 de março de 2017. Disponível em < [viajarverde.com.br](http://viajarverde.com.br) > acesso em 3 out. 2020.